ATA DA DÉCIMA SEXTA (16ª) SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO (2º) ANO LEGISLATIVO DA DÉCIMA NONA (19ª) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE. Aos dezenove (19) dias do mês outubro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e vinte e seis (2026), as dezenove (19) horas, realizou-se a sessão acima anunciada. O senhor Ver. José Luiz de Faria Júnior, DD. Presidente da Câmara Municipal de Piquete constatando pelo sistema do painel eletrônico a existência de "quórum" regimental, com a presença dos Senhores Vereadores, invocando a proteção de Deus declarou aberta aquela sessão e convidou os senhores Vereadores e o público presente para que se colocassem em pé e juntos, cantassem o Hino à Piquete. Após o término do Hino, o Ver. Geraldo Dentista solicitou um minuto de silêncio em respeito pelo falecimento do Sr. Toni. Logo após o senhor Presidente solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada no dia 05/10/2026. Como não houvesse quem desejasse apresentar emendas na referida ata a mesma foi colocada em discussão, em votação e aprovada por unanimidade de votos. Ato contínuo, o senhor Presidente solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do Expediente. **1)** Of. GAB nº 374/26, de autoria do Executivo Municipal, respondendo ao Requerimento nº 060/26, de autoria da Ver.ª Christiane Franco da Silva, sobre realocação e destinação de bloquetes (Arquivar); **2)** Of. GAB nº 375/26, de autoria do Executivo Municipal, respondendo ao Requerimento nº 061/26, de autoria da Ver.ª Janaína Martinez, sobre bancos para a área externa da Fisioterapia (Arquivar); **3)** Of. GAB nº 376/26, de autoria do Executivo Municipal, respondendo ao Requerimento nº 066/26, de autoria da Ver.ª Janaína Martinez, sobre fornecimento de capas de chuvas aos coletores de resíduos sólidos (Arquivar); **4)** Of. GAB nº 377/26, de autoria do Executivo Municipal, encaminhando cópia da Lei Complementar nº 358/26, sobre cargo médico veterinário (Arquivar); **5)** Of. GAB nº 378/26, de autoria do Executivo Municipal, encaminhando cópia da Lei Complementar nº 359/26, sobre criação de cargos públicos (Arquivar); **6)** Of. GAB nº 379/26, de autoria do Executivo Municipal, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2.245/26, dispondo sobre guarda responsável de animais de grande porte (Arquivar); **7)** Of. GAB nº 382/26, De autoria do Executivo Municipal, respondendo ao Requerimento nº 067/26, do Ver. André Uchôas, sobre manutenção dos equipamentos do Complexo da Vila Cristiana (Arquivar); **8)** Of. GAB nº 383/26, de autoria do Executivo Municipal, encaminhando cópia da Lei Ordinária nº 2.246/26, sobre cadastro de animais domésticos, comunitários e protetores independentes de Piquete (Arquivar); **9)** Of. GAB/ESP nº 072/26, de autoria do Executivo, encaminhando os Projetos de Lei de recursos humanos e a Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro consolidada (Arquivar); **10)** Of. GAB nº 397/26, de autoria do Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 010/2026, que dispõe sobre a criação da Função Gratificada de Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, alterando a Lei Ordinária nº 2236/2026, que institui o Sistema Único Municipal de Assistência Social de Piquete, e dá outras providências. Ao término da leitura, o Ver. Claudinei Luiz de Moraes solicitou Regime de Urgência Especial para o referido projeto, não apresentando justificativa. A solicitação foi colocada em votação ao Plenário e aprovada de forma unânime. (Às Comissões de Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; Para a Ordem do Dia); **11)** Of. GAB nº 398/26, de autoria do Executivo, encaminhando Projeto de

Lei Complementar nº 011/2026, que altera os artigos 11 e 60 e os Anexos I, II e III da Lei Complementar nº 306, de 09 de setembro de 2021, cria o cargo de Subsecretário de Planejamento e Gestão Administrativa da Educação e dá outras providências. Ao término da leitura, o Ver. Claudinei Luiz de Moraes solicitou Regime de Urgência Especial para o referido projeto, não apresentando justificativa. A solicitação foi colocada em votação ao Plenário e aprovada de forma unânime. (Às Comissões de Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Fiscalização; Para a Ordem do Dia); **12)** Of. GAB nº 399/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 012/26, de autoria da Executivo Municipal, que altera o § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 324/2023, do Município de Piquete, para modificar o percentual de acréscimo remuneratório da função gratificada de Enfermeiro Coordenador, e dá outras providências. (À Comissão de Justiça e Redação); **13)** Of. GAB nº 400/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 013/26, de autoria da Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação de cargos públicos na Estrutura Administrativa da Prefeitura de Piquete. (À Comissão de Justiça e Redação); **14)** Of. GAB 401/26, de autoria do Poder Executivo, encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 014/26, de autoria da Executivo Municipal, que cria mais um cargo público de provimento efetivo de Diretor de Escola no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Piquete, altera o § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 286, de 16 de maio de 2019, e dá outras providências. Ao término da leitura, o Ver. Claudinei Luiz de Moraes solicitou Regime de Urgência Especial para o referido projeto, não apresentando justificativa. A solicitação foi colocada em votação ao Plenário e aprovada de forma unânime. (Às Comissões de Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; Para a Ordem do Dia) **15)** Laudo SMMA nº 19/26, de autoria do Secretário de Meio Ambiente Romulo Pires da Silva. Respondendo ao Of. nº 223/26, de autoria da Ver.ª Janaína Martinez, sobre praga em palmeira na Ladeira Antônio Diogo, 43 – Vila Célia (Arquivar); **16)** Denúncia nº 002/2026, de autoria anônima, sobre pedido de apuração rigorosa de conduta do Vice-Prefeito Christian Uchôa Pietro. Ao término da leitura, o Ver. Claudinei de Moraes questionou se o Sr. Presidente iria colocar a denúncia em votação. Respondendo, o Sr. Presidente José Luiz de Faria Júnior lembrou do processo anterior relacionado à Ver. Janaína Martinez, no qual foi atrelado à presidência uma suposta prevaricação de seus atos, mesmo tendo recebido e tratado com tranquilidade o rito. Sendo assim, com a chegada dessa nova denúncia, pelo entendimento desta Casa, a mesma estava sendo submetida ao plenário para que fosse tomada uma decisão, a fim de não recair sobre a presidência, ou sobre qualquer outro vereador, uma possível prevaricação. De posse da palavra novamente, o Ver. Claudinei de Moraes disse que, primeiramente, precisava ser esclarecido que, em tese, o Sr. Presidente estava respondendo no Ministério Público por prevaricação por não ter atendido o Decreto nº 201, onde é dito que ao chegar uma denúncia na Casa, ela deve ser discutida e votada na sessão imediata. Nesse caso anterior, a denúncia foi colocada na próxima sessão, baseada no regimento interno, mas que todo processo de cassação não se baseia em regimento interno, e sim no Decreto nº 201 de 1967. Quanto a denúncia dessa sessão, uma denúncia anônima, recebida por e-mail, o Ver. Claudinei disse que, no seu ponto de vista, não deveria ser nem pauta para ser discutida. Deveria ter sido dado conhecimento aos Vereadores para, caso assim entendessem, reunir 3 assinaturas para a abertura de

uma Comissão Especial de Inquérito para apurar uma coisa que já havia sido apurada. Quanto a essa denúncia ter sido colocada em pauta na data de hoje, o Ver. Claudinei Luiz de Moares pediu que fosse registrado o seguinte: "Com base nos artigos nº 148 e 149 do nosso Regimento Interno, para apontar ilegalidade e anti-regimentalidade absoluta de se colocar esse documento em votação nessa sessão de hoje, indicando expressamente os dispositivos violados. Primeiro, estamos diante de um e-mail intitulado 'denúncia anônima', cujo autor pede expressamente para esconder a sua identidade. A Lei Orgânica exige que qualquer denuncia feita à Câmara seja feita por cidadão identificado, partido político, associação ou sindicato. Além disso o artigo 157, parágrafo único, do Regimento Interno, determina que o rito de infração político-administrativa siga artigo 5º do Decreto Lei 201/67, que falei lá atrás, que exige denúncia assinada, eleitor identificado pelo artigo 72, inciso 5º e pelo artigo 96, parágrafo único do Regimento Interno. Vossa Excelência tem o dever de deixar de receber e de arquivar de pronto proposições ilegais ou petições sem o formato adequado. Segundo: o vice-prefeito já foi processado, julgado e absolvido por esse plenário soberano, exatamente pelo mesmo fato. Não foi processado, foi aqui votado contra a abertura da Comissão Especial de Inquérito, justamente porque já estava sendo apurado no Ministério Público. Pelo artigo 37 do Regimento Interno o Plenário é soberano e a Constituição proíbe *bis in idem,* não podemos esquecer disso. Ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo fato, e mais, o artigo 47 da Lei Orgânica e o artigo 72, inciso 7º do Regimento Interno, matéria já rejeitada na mesma sessão legislativa sequer pode ser recebida novamente sem os requisitos legais. Terceiro: a sentença da Vara Única de Piquete, de 17 de setembro de 2026, é uma decisão de primeira instancia, que não transitou em julgado, e os artigos 72, inciso 2, e 90 da Lei Orgânica deixam claro que a perda de função ou suspensão de direitos políticos da improbidade administrativa exige decisão judicial transitado em julgado. Portanto, Sr. Presidente, requeiro que Vossa Excelência cumpra o artigo 72, inciso 5º, e o artigo 96, parágrafo único do Regimento Interno, retirando imediatamente essa denúncia anônima de pauta de votação. Caso Vossa Excelência mantenha a votação, requeiro que minha questão de ordem aqui conste integralmente em ata para fim de recurso regimental à Comissão de Justiça e Redação. Mais uma vez quero deixar bem claro a todos os vereadores, nosso Presidente Professor Juninho está respondendo, em tese, uma prevaricação porque ele não cumpriu o Decreto 201, não foi porque ele não deu prosseguimento para a denúncia. Aquela denúncia sim estava embasada com o nome do eleitor, que está apto a votar, com documentação e tudo. Aquilo devia ter sido votado no dia que entrou na Casa de Leis, que foi um dia de sessão, e não na sessão posterior. Por isso que eu acredito, também, que possa ser resolvido judicialmente, mas foi por isso que o Ministério Público solicitou, em tese, essa imputação para o senhor por prevaricação. Diga-se mais, essa documentação chegou na Casa e não foi lida no plenário. Se dá mais prioridade pra uma denúncia, por e-mail, anônima, de um assunto que já foi discutido do que o que se recebeu anteriormente que para o plenário foi para ser lido. Então, Senhor Presidente, eu penso dessa forma e pelo que está no Regimento Interno. Se eu estiver errado, paciência, mas eu só estou fazendo esse alerta para que depois a gente não tenha mais problema dentro da Casa de Leis. Muito obrigado, Senhor Presidente." De posse da palavra novamente, o Sr. Presidente José Luiz de Faria Júnior disse que o Decreto 201 deixa bem expresso o recebimento, mas que temos o Regimento Interno da

casa que disciplina os trabalhos e como devem acontecer internamente, e que essa modificação aconteceu de forma recente no seu artigo 59, que vai falar sobre o recebimento de matérias e proposituras. Disse que essa denúncia, como qualquer outra que são enviadas à Casa, são primeiramente reportadas à Presidência, a Presidência passa aos Vereadores e ao Plenário e submete-se às necessidades daquilo que vão ali analisar. Disse ser importante isso ser dito para que não haja nenhum prejuízo a nada e, para registrar a petição do Ver. Claudinei de Moraes, solicitou uma pausa de 5 minutos para que o Jurídico fosse consultado para que mais uma vez não fosse maculado nenhuma etapa do processo. Reabrindo os trabalhos, o Sr. Presidente informou que iria submeter a solicitação realizada pelo Ver. Claudinei Luiz de Moraes de retirada da denúncia da pauta ao Plenário. A solicitação foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes, ficando então a denúncia retirada da pauta e arquivada. De posse da palavra, o Ver. Claudinei de Moraes solicitou novamente que fosse registrado na íntegra tudo que foi decidido para que não houvesse problemas futuros, mas que acreditava que não haveria porque se tratava de uma denúncia que não caberia nem ter vindo para o Plenário, em sua opinião. Para fins de registros, o Sr. Presidente declarou estarem cumprindo com o seu papel, de forma clara, transparente e sem muitas delongas, para que a população tenha confiança neles para tratar assuntos que a eles foram revestidos. Em seguida, o Vice-Presidente, Ver. Wesley Douglas Leal, disse que para eles que estavam na rua no dia a dia, eles seriam cobrados de uma resposta dessa denúncia e que, no seu entendimento, a população queria outro posicionamento após a denúncia e que esta Casa não pode virar as costas. Caso essa denúncia voltar no futuro, acreditava ser pertinente convocar o artigo 29, para 3 Vereadores assinarem e abrir a Comissão Especial de Inquérito. Se estiver tudo certo, ok. Se estiver algo errado, que arquive novamente. Disse que o que não podia ocorrer era ficarem desgastados pela cobrança dos munícipes. Finalizou dizendo acreditar que isso era plausível e que isso encerraria esse caso. Para concluir, o Ver. Claudinei de Moraes disse que concordava com tudo o que foi dito, mas que não podiam deixar de seguir o que a Lei diz, no sentido de não se discutir isso antes da decisão em trânsito em julgado e que, quando houver essa decisão, aí seria analisado se cabe alguma coisa ou não. Destacou ser importante deixar bem claro pois, provavelmente a pessoa que encaminhou a denúncia anônima estava acompanhando, para que faça de acordo com o Decreto 201, após transitado em julgado e que, caso voltasse antes disso, ele iria trabalhar novamente na forma que a Lei manda, registrando seu voto contrário. Ao fim dessa questão, o Sr. Presidente solicitou ao Secretário que continuasse a leitura dos documentos do expediente. **17)** Projeto de Lei Ordinária CM nº 011/2026, de autoria do Ver. Lucas Leal, que institui o Programa "Piquete, Cidade que Recebe Bem" e cria o Selo "Comércio Amigo do Turista", destinado à valorização, qualificação e reconhecimento de estabelecimentos que atuam no atendimento ao público e ao visitante no Município de Piquete, e dá outras providências. (À Comissão de Justiça e Redação); **18)** Projeto de Lei Ordinária CM nº 012/2026, de autoria da Ver. Janaína Martinez, que institui a Campanha Permanente de Conscientização sobre o Descarte Correto de Resíduos e o Combate ao Descarte Irregular no Município de Piquete e dá outras providências. Ao término da leitura, a Ver. Janaína Ribeiro Martinez Gonzaga Miguel solicitou Regime de Urgência Especial para o referido projeto, não apresentando justificativa. A solicitação foi colocada em votação ao

Plenário e aprovada de forma unânime. (À Comissão de Justiça e Redação; Para a Ordem do Dia) **19)** Requerimento nº 071/26, de autoria do Ver. Lucas Leal (Para a Ordem do Dia); **20)** Requerimento nº 072/26, de autoria do Ver. Lucas Leal (Para a Ordem do Dia); **21)** Requerimento nº 073/26, de autoria da Ver. Janaína Martinez (Para a Ordem do Dia); **22)** Requerimento nº 074/26, de autoria dos Vereadores Claudinei de Moraes e Ederson Marco Gonçalves (Para a Ordem do Dia); **23)** Requerimento nº 075/26, de autoria da Ver. Janaína Martinez (Para a Ordem do Dia); **24)** Requerimento nº 076/26, de autoria da Ver. Janaína Martinez (Para a Ordem do Dia); **25)** 1 indicação, de autoria da Ver. Janaína Martinez (À Consideração do Sr. Prefeito) **26)** Moção de Aplausos nº 032/26, de autoria do Ver. José Luiz de Faria Júnior (Para a Ordem do Dia); **27)** Moção de Aplausos nº 033/26, de autoria do José Luiz de Faria Júnior (Para a Ordem do Dia). Em seguida, o Sr. Presidente passou para o segundo momento da sessão, onde os Vereadores inscritos fariam o uso da Tribuna. Antes da primeira inscrita dar inicio a sua fala, o Ver. Claudinei de Moraes quis registrar a presença do ex-Vereador e ex-Presidente desta Casa, o Sr. Santana, registrando também que era o seu aniversário. Dando continuidade, inscrita para falar a Ver.ª Janaína Martinez, cumprimentou a Presidência, mesa composta, nobres Pares, público presente, o amigo Jucyérick, o senhor Santana, a amiga Silvana, os ouvintes da Rádio Natureza FM e internautas. Iniciou sua fala deixando seus sentimentos à família do Toni, Toni Camargo conhecido como Tonão do Lanche. Disse que estava com o coração dilacerado pois ele era seu vizinho e tinham crescido juntos. Em seguida falou a respeito do seu projeto sobre a conscientização do descarte de lixo. Falou que o projeto era para conscientizar as pessoas sobre datas, locais e a forma de se descartar esses lixos. Entulho de construção, restos de móveis e lixo doméstico. Explicou que os entulhos de construção podiam ser reutilizados para ser jogados em estradas rurais e solicitou o apoio dos pares para a aprovação do projeto. Logo após disse que havia retirado um projeto de sua autoria orientada pelo procurador da Casa, Dr. Octávio, e agradeceu a atenção dele. Disse que estava pedindo que como os munícipes pagavam seus impostos, que ao menos uma vez por ano pudessem ter seus entulhos de construção recolhidos sem nenhuma cobrança. Falou que sabia que esse trabalho era cobrado, mas que no final do ano, quando os munícipes tinham seu 13º e mexiam com construções, seria justo que não fosse cobrado. Pediu ao Prefeito Rominho que analisasse seu pedido que tinha sido feito através de uma indicação. Logo após falou a respeito dos seus Requerimentos e disse que com relação ao braço de luz da Rua Antônio Faustino, o Prefeito já havia respondido que a referida rua estava no projeto de expansão e iluminação pública a partir de janeiro e não só aquela rua, mas a rua da serraria e as estradas rurais e agradeceu ao Prefeito pela resposta. Falou também sobre a falta de bloquetes na Rua Antônio Faustino, que estava dificultando o morador de chegar em sua residência. Agradeceu novamente ao Prefeito que já tinha feito a doação dos bloquetes e informou que os moradores haviam concordado em pagar a mão de obra. Em seguida a Ver.ª Janaína disse que havia feito uma nota de esclarecimento sobre a causa animal. Disse que já estava ficando cansativo, mas que tinha exposto que tinha em casa 47 gatos e 8 cães e que, se alguém tivesse algum tipo de dúvida, era só ir até sua residência que seria muito bem atendido. Disse que não tinha vergonha da quantidade de animais que cuidava e que aquela quantidade era só da sua casa, fora os da rua. Disse que o Jucyérick, que estava presente, sabia a quantidade de ração que pedia lá semanalmente. Falou

que muitas pessoas a abordavam com falta de educação achando que ela era obrigada a levar os animais para pet shop pra tomar banho, fazer banho e tosa, pra levar para veterinário, o que era humanamente impossível e, detalhe, era que os animais tinham donos. Repetiu novamente que as duas senhoras que estavam batendo nela nas redes sociais podiam continuar batendo, pois quanto mais elas batiam, mais apoio a Vereadora tinha. Falou que na próxima sessão inclusive iria expor um comerciante evangélico que estava falando mal dela, já com os seus advogados acionados para entrar com uma ação por danos morais. Disse ao referido comerciante que viesse usar a tribuna para acusa-la. Esclareceu mais uma vez que não recebia nada de governo algum, apenas recebia sua pensão da polícia militar e seu salário de Vereadora. Disse que não via nenhum Vereador sendo cobrado para usar o próprio salário para pagar a conta dos outros. Indagou por que ela tinha de ser responsável por animais que tinham dono. Frisou que se o animal estivesse sofrendo e a família estivesse em situação de vulnerabilidade, ela, dentro de suas condições ajudava. Disse que ficava se perguntando por que falavam mal só dela, se ela seria tão forte assim. Perguntou qual problema tinha com ela e que se fosse pessoal era só vir para resolver. A Ver.ª Janaína falou que havia chamado as duas senhoras para virem na Câmara e elas não quiseram e ainda disseram que ela tinha que postar seus projetos. A Vereadora deixou claro que postava o que quisesse, que não era bicho para usar cabresto. Disse que era muito fácil ter 2, 3 animais em casa e vir se colocar como protetora de animais. Que estava ficando sem paciência e que ia procurar os seus direitos. Falou que atendia pessoas educadas, grossas ou folgadas, porque ela não sabia quem eram as pessoas que a tinham colocado onde estava, mas exigia respeito. Disse que quando a chamavam nem se importavam se ela estava num momento de lazer. Lembrou a respeito do cavalo que ela tinha ido socorrer e que ninguém quis saber quanto ela havia ficado devendo, inclusive para o Érick que estava presente na sessão, mas disse que o veterinário estava pago. Deixou claro que se elegeu com a bandeira da causa animal e estava honrando essa bandeira. Perguntou para a pessoa que falava dela se estava preocupada com 2028, pois ela não estava. Explicou que estava irritada por estar respondendo as grosserias da semana. Pediu que a senhora e o empresário que falavam dela provassem o que estavam dizendo. Disse que as pessoas estavam aplaudindo a Vereadora enquanto eles jogavam pedras. Frisou que atendia a todos de coração e que quando não, era porque não tinha como, pois os recursos eram limitados. Falou que tinha 20 cães de rua que eram tratados com recursos próprios, além dos animais da sua casa. Falou que tinha 20 cães de rua que eram tratados com recursos próprios, além dos animais da sua casa. A Ver.ª Janaína falou ainda que naquela semana a pessoa que estava falando dela nas redes, disse que ela tinha que postar além dos seus gastos, pois quando pediu voto ela havia postado. Deixou claro que o que faltava era maturidade para saber que nem tudo era exposto, que usava as redes sociais quando ia fazer um processo de adoção ou doação, pois só assim chegava em todas as residências. Comentou que, antigamente, quando ia atender uma ocorrência de maus tratos ela filmava, hoje apenas chega, conversa primeiro pois todos tem direito à defesa. Disse que não ia sair por aí julgando, chamando a polícia, mas que sim, ia conversar, procurar entender e ajudar. Falou que muitas vezes os animais estavam acorrentados, mas os donos eram de idade e não entendiam que aquilo era uma forma de maus-tratos. Deixou claro para as pessoas que falavam dela que ela punia quem merecia, chamando a

polícia, fazendo a ocorrência e resolvendo. Falou que além das duas senhoras que falavam dela, ainda tinha um rapaz que comentava em todas as postagens e frisou para os mesmos que o Executivo havia sancionado um projeto de apreensão de animas de grande porte e que cabia as senhoras estudar a lei e conversar com o Prefeito, pois não adiantava ficar marcando a Vereadora numa situação que só o Executivo resolveria. Disse que buscar e cobrar sem conhecimento era feio. Comentou que outra fala nas redes era que a causa animal não tinha mudado na cidade. Falou que reconhecia que porte grande estava horrível mesmo e o Prefeito sabia porque toda semana ela estava lá, mas que ela não podia obrigar o Prefeito a tirar recursos de onde não tinha, porém ela tinha certeza de que ele iria honrar isso até mandato. Frisou que com relação a pequeno porte, que eram os cães e gatos tinham melhorado bastante, pois não se via mais as procriações absurdas devido às castrações. Falou em seguida sobre o projeto que havia passado na Casa sobre o cadastramento de animais, pois era a primeira coisa que perguntavam a ela quando participava de reuniões fora da cidade e que agora o Executivo com certeza faria esse cadastramento. Pediu perdão às pessoas que não mereciam, disse que podiam procurar por ela, pois continuaria fazendo de coração. Disse que tinha sido eleita com muito orgulho por ter como bandeira da causa animal, encerrando assim sua fala. O próximo Vereador inscrito para o uso da tribuna foi o Ver. André Uchôas que, dando boa noite a todos os presentes, iniciou sua fala abordando a questão dos alimentos das crianças nas escolas. Deixou registrado seu total respeito às pessoas que trabalham com o manuseio desses alimentos, mas precisavam ver o que está acontecendo, pois quem sofre são as crianças. Disse que não iria fazer vídeo sensacionalista filmando e mostrando a situação, pois não era o seu perfil, mas que precisavam olhar essa questão que talvez não tivesse chego à atenção do Prefeito. Diretores de escolas o relataram ter que escolher o arroz e o feijão, dizendo ser uma situação difícil. O Ver. André Uchôas disse estar fazendo um apontamento de melhoria para o Poder Executivo e para Secretaria de Educação. Citou que não falava apenas em nome de seus 3 filhos que estudam nas escolas de Piquete, mas sim em nome de todas as crianças. Pediu, por gentileza, ao Prefeito que acreditava estar acompanhando a Sessão, a revisão dessa situação. Em seguida, o Ver. André Uchôas comentou sobre um vídeo sensacionalista, de alguns dias atrás, que retratava a falta de água no bairro São José. Disse já ter passado pessoalmente por lá e visto a água jorrando e os munícipes sem água em casa. Pediu desculpas caso estivesse enganado, mas acreditava que essa situação já estava ocorrendo há quase um ano, conforme relatos dos moradores, e que isso deveria ser tratado como uma prioridade. Comentou ter enviado uma mensagem para o Secretário de Meio Ambiente sobre esse caso, mas não obteve resposta. Falou também com o Secretário de Governo, que o informou que está em fase de licitação para a aquisição de materiais hidráulicos. Solicitou que, caso algum Vereador, e também o líder de governo, tivesse alguma informação sobre o caso que pudesse complementar, ele daria uma parte para esse esclarecimento. Para finalizar, declarou que na data de hoje eram esses dois casos que precisavam de uma atenção especial. O próximo inscrito para utilizar a tribuna foi o Ver. José Luiz de Faria Júnior que, ao cumprimentar e dar boa noite a todos, iniciou falando sobre as duas Moções de Aplauso de sua autoria, sendo a primeira aos Professores Nota 10 das escolas estaduais do Município. Deu seus parabéns a todos os professores da rede de ensino e também às escolas, em especial a Escola Prof.

Ricarda Godoy Lopes que recebeu um selo ouro. Sua segunda Moção de Aplausos foi para o Projeto Guri, que se apresentou na última Sessão Solene em homenagem ao Dia do Professor, abrilhantando a Sessão e emocionando a todos os presentes. O Ver. José Luiz de Faria comentou sobre o sentimento de valorização e reconhecimento das crianças, que se alegraram ao saber que se apresentariam nessa Sessão Solene. Em seu próximo tópico abordou a questão da falta dos medicamentos no município. Disse que ao questionar o Secretário de Saúde e o Prefeito Municipal, lhe foi informado que era uma questão de licitação. A sugestão dada pelo Vereador foi que se aprimorasse e que fosse dado apoio para que a licitação acontecesse o mais rápido possível e que, em casos graves, que se utilize os meios para poder atender a população, dentro da legalidade. Avançando em seus tópicos, o Ver. José Luiz de Faria Júnior questionou como estava a obra do esgoto. Disse que o motivo dessa pergunta era que muita gente estava questionando se haverá aumento na taxa de recolhimento e também devido ao péssimo serviço que a empresa deixou, mesmo recebendo R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para isso. Disse não entrar em sua cabeça o fato dessa empresa até agora não ter recebido nenhuma multa para voltar e fazer o serviço que deveria ter sido feito por ela, e não pela Prefeitura. Lembrou que a empresa já foi notificada por essa Casa para se manifestar, mas não deu nenhuma satisfação. Disse ser importante saber como está, quais são os trechos afetados, o que será feito, o porquê da demora, quais a etapas após a conclusão e se haverá a necessidade de abrir a casa dos munícipes para passar a rede de esgoto. Citou várias ruas em que a rua está afundando após a obra, onde carros da Prefeitura transitam e podem constatar o problema. Sobre a questão do Meio Ambiente e Obras, mais especificamente a coleta de lixo, destacou que o trabalho dos Vereadores estava sendo feito e que será solicitado mais um caminhão de coleta de lixo aos Deputados para melhor atender a população, visando reduzir o alto tempo de espera que estamos tendo em nossa cidade. Disse não ser culpa dos colaboradores que fazem a coleta, mas sim do fato de só haver um caminhão para essa atividade. Em seguida, o Ver. José Luiz de Faria falou sobre a limpeza dos bairros que, com a volta da chuva, tem de ser organizado um cronograma para a realização dessas limpezas. Bairros como o Jardim Josefina, Tabuleta, Vila, Santo Antônio, Santa Isabel, Araçá e outros, precisam dessa organização para que a limpeza aconteça de forma ordenada. Em seguida, o Ver. José Luiz de Faria Júnior reforçou a questão de placas e sinalizações, lembrando que a Secretaria de Segurança Pública e Trânsito já existe há alguns anos e pode alocar recursos para se desenvolver e que essas placas e sinalizações são ainda mais importantes nos entornos das escolas, zelando pelas crianças e demais pessoas que transitam por esses locais. Avançando, o Ver. José Luiz de Faria Júnior falou mais uma vez sobre a quadra de areia e mesa de tênis do Parque Linear III, que ainda não foi finalizado e já estava sendo abordado há algum tempo, inclusive sendo gravado um vídeo pelas crianças do bairro fazendo essa solicitação. Sobre os Projetos de criação de cargo lidos anteriormente nessa Sessão, o Ver. José Luiz de Faria Júnior ressaltou a importância de se atentar ao valor econômico dessas criações. Questionou sobre o plano de carreira dos servidores municipais, visto que alguns, em sua maioria, ainda recebem o salário mínimo. Deixou a seguinte pergunta: “os colaboradores municipais vão ter um plano de carreira digno, que vá orientá-los dentro de suas atribuições?”. Salientou a importância desse plano, para que se faça esse estudo, se organize para poder prestigiar, também, o colaborador

que está na ponta, que faz o dia a dia do Município acontecer. Sobre os Projetos que são aprovados na Câmara e não são colocados em prática pelo Poder Executivo, comentou que os Vereadores são cobrados sobre as ações desse Projetos, que muitas vezes têm boas intenções, mas não são executados. Deixou mais uma pergunta, questionando "por que não são executados?". Para finalizar sua fala, o Ver. José Luiz de Faria Júnior destacou que muitas das vezes os Projetos são importantíssimos para agregar à cidade, sendo necessário ter um retorno do Poder Executivo desses Projetos aprovados na Câmara, a fim de garantir a participação da mesma na contribuição do bem estar social. O próximo Vereador inscrito para o uso da tribuna foi o Ver. Ederson Marco Gonçalves que iniciou sua fala dando boa noite a todos e agradecendo o Deputado Estadual Marcos Damásio e também o Ver. Claudinei de Moraes, por mais uma parceria essa semana e pelas boas notícias recebidas. Lembrou da emenda destinada pelo Deputado no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a área da Saúde do Município e citou um Requerimento que seria votado, ainda nessa Sessão, para o Deputado Federal Márcio Alvino solicitando uma retroescavadeira para o Município. Comentou ter conversado essa semana com o Secretário de Saúde, Luiz Humberto Leite da Silva, sobre os Postos de Saúde da cidade, sugerindo atendimento online, ou *WhatsApp,* ou telefone fixo, para atendimento de moradores da área rural, para pessoas com mobilidade reduzida e também pessoas que cuidam de seus pais, garantindo um atendimento mais personalizado e prático. Em seu próximo tópico, citou uma notificação de sua autoria à empresa RT Energia e o sucesso no engajamento com a empresa. Agradeceu à Sra. Luana, da empresa Águas Piquete, pela sua atenção no atendimento via *WhatsApp* da empresa. Voltando ao assunto do lixo, solicitou a atenção, com carinho, do Prefeito sobre a possibilidade de aquisição de caçambas novamente nas esquinas dos bairros, a fim de facilitar para os moradores descartarem o seu lixo e também para os coletores, para agilizar a coleta, tendo em vista que estão apenas com um caminhão atualmente. Evitaria também o acumulo de sacos de lixo no chão, que ocorre atualmente, gerando transtornos para a população. Disse que sabia que a demanda do Prefeito está grande, mas a dos Vereadores também, além da cobrança nas ruas dos munícipes. De forma descontraída, disse que "Vereador não dorme mais" e que não havia problema nisso, pois gosta de trabalhar, ama o que faz e dedica o máximo que pode à população, pois foi a população que lhes garantiu a reeleição, confiando em seu trabalho. Agradeceu também, ao Subsecretário de Meio Ambiente, Ricardo Coelho, por atendimentos solicitados e já atendidos. Solicitou ao Prefeito Municipal, Rômulo Kazimierz Luszczynski, respostas em relação ao caminhão Munck pois já estavam indo para um segundo mandato e acreditava que haviam alguns requerimentos dos Vereadores, inclusive dele próprio, solicitando poda na Praça Duque de Caxias, Praça 9 de Julho, Praça Leonor Guimarães, Rua Norival Crispim de Casto, Santa Isabel, Av. Tancredo Neves, Vila Araçá, Rua Antônio Faustino, dentro outros, aguardando a licitação do caminhão ser realizada. Pediu, também, ao Secretário de Trânsito mais fiscalização e sinalização nas esquinas na cidade, pintando mais faixas de pedestres e faixas amarelas também. O Ver. Ederson Marco Gonçalves disse acreditar que a população não está respeitando faixas amarelas, dificultando o trânsito do circular e de caminhões pesados que transportam mercadorias para nossa cidade, tendo que passar algumas vezes por cima da calçada. Para finalizar, pediu atenção do Prefeito também à falta de medicamentos, abordada pelo Ver. José

Luiz de Faria Júnior. Disse saber das dificuldades da licitação, mas que ao cuidar deles, eles cuidariam da população de Piquete. Em seguida, a Ver. Janaína Martinez pediu uma parte para concluir sua fala anterior. Comentou sobre seu Requerimento relacionado aos funcionários da ESF do Centro, que a procuraram para que pudesse conversar com o Sr. Secretário de Saúde, Luiz Humberto Leite da Silva, e com o Prefeito Municipal, Rômulo Kazimierz Luszczynski, sobre a possibilidade de eles voltarem a se acomodar no local que hoje é a Secretaria de Saúde. Disse que acreditava ser um pouco difícil que isso ocorresse, por não haver local para deslocar essa Secretaria. Mas deixou claro que estava sendo pedido os computadores, as cadeiras mais confortáveis e a possível retirada da rampa que atrapalha o acomodamento dos funcionários no prédio. Pediu ao Prefeito que, caso não fosse possível a mudança de prédio, que tentasse solucionar o problema da goteira, da rampa, uma mesa maior para ser compartilhada e dividida entre os funcionários, ampliação da cozinha e o conserto dos ventiladores e/ou ares-condicionados. Quis deixar claro que, em relação ao seu desabafo anterior, a Vereadora não estava negando atendimento a ninguém, pediu desculpas pois era humana e não aguentava mais ser apedrejada, apesar de ter um bom psicológico. Quis deixar claro, também, que não somos ninguém e não temos competência para julgar os outros. Disse isso em relação à denúncia do vice-prefeito que foi retirada e disse, também, que ele tinha o seu apoio e acreditava que tinha o apoio dos demais Vereadores também. Declarou não terem competência para julgá-lo, quem julgou foi o Ministério Público e que, se Deus quiser, vai dar tudo certo. Pediu para as pessoas não terem esse desespero em relação ao vice-prefeito, pois ele vive sendo atacado por conta das próximas eleições, disse estar nítido e claro essa questão e que isso era muito feio. Disse não ver erro no vice-prefeito Christian Uchôa e que dizia isso como Vereadora. Houve um erro, esse erro foi justificado e perdoado dentro da Lei. Por fim, a Ver. Janaína Martinez disse que em relação aos pedidos, que podiam procura-la pois ela faria o que estivesse em seu alcance, independente do assunto, seja energia, saúde, educação ou causa animal, ela estava ali para servir. Em seguida o senhor Presidente suspendeu a sessão por 15 minutos para elaboração de pareceres quando retornariam para a Ordem do Dia. Decorrido o tempo necessário, o senhor Presidente reabriu os trabalhos e constatando a presença dos senhores Vereadores no painel eletrônico, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da ordem do dia. **1)** Parecer nº 053/26, da Comissão de Justiça e Redação e Parecer nº 009/26, da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ambos favoráveis ao Projeto de Lei Complementar nº 010/26, de autoria da Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Função Gratificada de Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, alterando a Lei Ordinária nº 2236/2026, que institui o Sistema Único Municipal de Assistência Social de Piquete, e dá outras providências. Como não houvesse Vereador inscrito para discutir a matéria o senhor Presidente colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada de forma unânime. **2)** Parecer nº 054/26, da Comissão de Justiça e Redação e Parecer nº 010/26, da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ambos rejeitando o Projeto de Lei Complementar nº 011/26, de autoria da Executivo Municipal, que altera os artigos 11 e 60 e os Anexos I, II e III da Lei Complementar nº 306, de 09 de setembro de 2021, cria o cargo de Subsecretário de Planejamento e Gestão Administrativa da Educação e dá outras providências. Ao término da leitura dos pareces, o Sr. Presidente José Luiz de Faria Júnior declarou

o seguinte: "Nos termos do artigo 83 do Regimento Interno desta Casa de Leis, que diz que o Projeto de Lei que receber parecer contrário de todas as comissões a que for distribuído será tido como rejeitado. Declaro, então, o Projeto de Lei Complementar nº 011/2026 de autoria do Executivo, dispensado por força do dispositivo acima invocado sob deliberação em plenário." A seguir, o Ver. Claudinei pediu a palavra para registrar seu voto contrário ao Parecer. Disse que ele estando em plenário não foi convocado para participar da reunião da comissão, mesmo fazendo parte dela. Disse ser um absurdo o que estava sendo feito dentro dessa Casa de Leis, estando ele no plenário não ser convocado pelo Presidente para participar reunião da Comissão e não colocar seu voto contrário à decisão da mesma. Disse, porém, que tinham razão e que o artigo fala realmente que tendo parecer de duas comissões está reprovado o Projeto. O Ver. Claudinei pediu para que fosse registrado nessa ata sua seguinte fala: "Eu estando presente no plenário não fui convocado para a reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização." **3)** Parecer nº 055/26, da Comissão de Justiça e Redação e Parecer nº 011/26, da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ambos favoráveis ao Projeto de Lei Complementar nº 014/26, de autoria da Executivo Municipal, que cria mais um cargo público de provimento efetivo de Diretor de Escola no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Piquete, altera o § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 286, de 16 de maio de 2019, e dá outras providências. Como não houvesse Vereador inscrito para discutir a matéria o senhor Presidente colocou a proposta em votação a qual foi aprovada de forma unânime. Ao fim da votação, o Ver. Claudinei de Moraes pediu para que registrasse em ata o seguinte: "Mais uma vez registro em ata que mesmo estando presente no plenário não fui convocado para a reunião da comissão, e deixar bem claro que se o Assistente Jurídico do senhor pode fazer os pareceres quando é de interesse da Mesa, que ele faça também os demais e não tragam para mim o Projeto. Presidente da Comissão, por favor, a partir da próxima reunião se tiver algum parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização não me peça para fazer." **4)** Parecer nº 056/26, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao Projeto de Lei Ordinária CM nº 012/26, de autoria da Ver. Janaína Martinez, que institui a Campanha Permanente de Conscientização sobre o Descarte Correto de Resíduos e o Combate ao Descarte Irregular no Município de Piquete e dá outras providências. Como não houvesse Vereador inscrito para discutir a matéria o senhor Presidente colocou a proposta em votação a qual foi aprovada de forma unânime. Antes do Sr. Secretário prosseguir com a leitura, a Ver. Janaína Martinez solicitou a dispensa da leitura e a votação em bloco dos Requerimentos. A solicitação foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes, ficando aberta a discussão dos Requerimentos de número 071 ao 076. Não havendo discussão, ficam aprovados os seguintes: **5)** Requerimento nº 071/26, de autoria do Ver. Lucas Leal, ao Exmo. Sr. Prefeito Rômulo Kazimierz Luszczynski, solicitando que sejam prestadas informações acerca da criação do Fundo Municipal do Idoso, esclarecendo se sua instituição está confirmada e se estará efetivamente em funcionamento no exercício de 2027. **6)** Requerimento nº 072/26, de autoria do Ver. Lucas Leal, ao Exmo. Sr. Prefeito Rômulo Kazimierz Luszczynski, solicitando que sejam prestadas informações sobre o andamento da solicitação referente à instalação de lombadas na Av. Gen. Waldemar Brito de Aquino, na altura da Escola Professor Leopoldo Marcondes de Moura Netto. **7)** Requerimento nº 073/26, de autoria da Ver.

Janaína Martinez, ao Secretário Municipal de Saúde Luiz Humberto Leite da Silva, com cópia para o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Rômulo Kazimierz Luszczynski, pedindo-lhe que informe a esta Vereadora sobre a possibilidade da mudança da Secretaria Municipal de Saúde para as dependências do hospital, de modo que o espaço atualmente ocupado pela Secretaria possa ser destinado ao uso dos agentes de saúde. **8)** Requerimento nº 074/26, de autoria dos Vereadores Claudinei de Moraes e Ederson Marco Gonçalves, ao Sr. Deputado Federal Márcio Alvino, solicitando a destinação de emenda parlamentar de custeio no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) destinada à aquisição de uma retroescavadeira para o município. **9)** Requerimento nº 075/26, de autoria da Ver. Janaína Martinez ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Rômulo Kazimierz Luszczynski, solicitando-lhe que acione os responsáveis para a instalação de um braço de iluminação pública na Rua Antônio Faustino, na altura do nº 351. **10)** Requerimento nº 076/26, de autoria da Ver. Janaína Martinez ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Rômulo Kazimierz Luszczynski, solicitando-lhe que sejam tomadas, urgentemente, as providências necessárias para a colocação de bloquetes na Rua Antônio Faustino, na altura do número 351, bem como a disponibilização de máquina para a realização dos serviços de nivelamento da via. Antes do Sr. Secretário prosseguir com a leitura, a Ver. Janaína Martinez solicitou, também, a dispensa da leitura e a votação em bloco das Moções. A solicitação foi colocada em votação e aprovada de forma unânime pelos presentes, ficando aberta a discussão das Moções de número 032 e 033. Não havendo discussão, ficam aprovadas as seguintes: **11)** Moção de Aplausos nº 032/26, de autoria do Ver. José Luiz de Faria Júnior, ao Projeto Guri, pela belíssima apresentação de canto coral realizada durante a 5ª Sessão Solene Comemorativa ao Dia do Professor, que emocionou e encantou todos os presentes. **12)** Moção de Aplausos nº 033/26, de autoria do José Luiz de Faria Júnior, aos professores contemplados com o Prêmio Professor Nota 10, referente ao ano de 2025, concedido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em reconhecimento à dedicação, à competência e à excelência no exercício da docência. O senhor Presidente agradeceu a presença de todos aos que acompanhavam através dos meios de comunicação, os colaboradores, a equipe técnica, equipe de som e transmissão. E como não houvesse mais nada a ser tratado invocando a proteção de Deus, deu por encerrada a sessão e para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e for julgada conforme, será aprovada e assinada pelos Senhores Vereadores. Piquete, 19 de outubro de 2026. Ducentésimo quarto (204º) ano da Independência, centésimo trigésimo sexto (136º) ano da República e centésimo quinto (135º) ano da Emancipação Político-Administrativa de Piquete. -.-.-.-

Ver. EDERSON MARCO GONÇALVES

Ver. GERALDO RODRIGUES FERREIRA NETO

Ver. ANDRÉ LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS UCHÔAS

Ver.ª CHRISTIANE FRANCO DA SILVA

Ver. CLAUDINEI LUIZ DE MORAES

Ver.ª JANAÍNA RIBEIRO MARTINEZ GONZAGA MIGUEL

Ver. LUCAS EVANGELISTA DO PRADO LEAL